

O ensino de história e geografia nas escolas do MST

Maria Soeli Loss Kasprzak
Mestranda em História
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná.

Resumo. Para alguns professores, ensinar História configura um produto acabado e definitivo, como que uma verdade absoluta trazida pelo livro didático, cabendo ao aluno, consumi-lo passivamente. Essa História, que exclui a realidade do aluno, que despreza qualquer experiência da história por ele vivida, impossibilita-o de chegar a uma interrogação sobre a sua realidade individual, de sua família, de sua classe, de seu país, de seu tempo e no caso dos assentamentos rurais, a trajetória percorrida para a obtenção da terra. O enfoque maior deste artigo diz respeito à importância que as disciplinas de História e Geografia têm para as escolas dos assentamentos do MST e a necessidade de que os professores dessas escolas conheçam os Cadernos de Formação produzidos pelo setor pedagógico do movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra e também estejam envolvidos de alguma forma na militância, assim como, que a pedagogia praticada possibilite aos alunos a pesquisa e a produção de um conhecimento a partir do registro de suas experiências e através desse aprendizado busquem a cidadania individual e coletiva.

Palavras-chave: movimentos sociais, MST, ensino de História, ensino de Geografia, Educação.

Abstract. For some teachers, the teaching of History seems a finished and definitive matter, based on an absolute truth brought by the textbook, to be passively consumed by the students. That History, which excludes the student reality, that despises any experience of their life history, prevents them from questioning their own individual reality, their families, their social class's, their country's, their time's and, in the case of the rural settlements, the long path trodden fill the obtaining of the land. The main focus of this article is on the importance of History and Geography for the schools in MST (Landless worker's movement) the settlements and the need the teachers of these schools

to get acquainted with the Notebooks of Formation, produced by the pedagogic sector of the movement as well as to be involved in some kind of the militancy, so that the practiced pedagogy makes it possible for the students the research and the production of knowledge out of their own experiences and that through this learning they fight for the individual and collective citizenship.

Key-words: social movements, MST (Landless People Movement), teaching of History, teaching of Geography, Education.

Ensinar exige a convicção de que a mudança é possível. Trata-se de desafiar os grupos populares para que percebam a violência e a profunda injustiça que caracterizam sua situação. [Paulo Freire].

A História, como disciplina, e as informações que ela pode trazer, são instrumentos de conhecimento, de apreensão e percepção da realidade, mas, também, instrumentos de poder (aliás, herdamos dos positivistas uma concepção errônea de que a ciência estaria acima das ideologias). Na verdade, nenhuma ciência é isenta de ação e julgamento. Ela poderá ser manipulada por uma determinada camada, fração social ou classe social por mais “exata” que seja. Conforme o tratamento dado a ela, pode levar à estagnação e à pura e simples memorização acrítica de dados repetidos de forma autônoma, ou, por outro caminho, produzir sujeitos históricos, indivíduos interessados em transformar (e melhorar) a realidade em que vivem.

O estudo da História não está atingindo seus objetivos de explicar, esclarecer e ajudar as pessoas a terem uma visão mais abrangente do mundo em que vivem. (LEWIS, 1992:73). Provavelmente, por ignorância, comodismo ou tradicionalismo, alguns professores fazem largo uso de livros didáticos obsoletos e inadequados que transmitem uma visão do mundo elitista, paternalista e autoritária, transformando a História em algo abstrato, parcial e até alienante.

A História, exercida como ciência, pode ajudar o homem a ter consciência de suas responsabilidades no mundo, como agente de seu próprio destino, como sujeito de sua própria evolução. Essa orientação já deve ser dada na elaboração do currículo do curso de História nas Universidades.

Tomando por base essas informações, como organizar o Projeto Pedagógico de uma escola de assentamento para que atenda às demandas específicas do meio rural sem descuidar do conjunto de dimensões e valores que fazem parte de uma formação humanista, integral e transformadora?

Como envolver os assentados com a escola, no sentido de preservação de sua memória histórica, fazendo dela, ensinamento para seguir em frente e relativizar

obstáculos? De que forma é trabalhada a questão do campesinato nas disciplinas de História e Geografia nas escolas dos acampamentos e assentamentos rurais?

Esta questão aparece diferenciada em todo o mundo, logo, são múltiplas as tendências a respeito do futuro campesinato. Sem dúvida, a população camponesa vem diminuindo no mundo inteiro, mas sua trajetória não está determinada pelo fato do número da população urbana superar a população rural. Esse é, até hoje, um processo linear e assim o concebendo, podemos até ser convencidos da perspectiva do fim do campesinato. Desse ponto de vista, é inquestionável que a tendência mundial projete cada vez mais um mundo de predominância urbana.

Para o século XXI, no princípio da terceira década, as estimativas indicam que mais de 50% da população mundial irá concentrar-se nas cidades. Todavia, ainda viverão no campo, pelo menos 3,2 bilhões de pessoas, das quais 3 bilhões serão das regiões mais pobres do planeta. A América Latina terá uma população rural de 108 milhões de habitantes (Conforme ABRAMOVAY & GOMES, em sua obra “Habitat: a contribuição do mundo rural”. 1995, p. 11-16).

Conforme a tabela 1, o Brasil contará no ano 2020 com aproximadamente, a mesma população rural de um século atrás. Isto é, tomando como referência a perspectiva linear. No entanto, é preciso considerar os fatos recentes, como por exemplo: a diminuição da migração campo-cidade; a contagem populacional de 1996 registrou que o crescimento populacional das metrópoles, já é, predominantemente, vegetativo.

Tabela I - População residente 1940-1992 e projeção preliminar da população residente 2000-2020

DÉCADA	POP. TOTAL	POP. RURAL	POP. URBANA
1940	41.236.315	28.356.133	12.880.182
1950	51.944.397	33.161.506	18.782.891
1960	70.070.457	38.787.423	31.303.034
1970	93.139.037	41.054.053	52.084.984
1980	119.002.706	38.566.297	80.436.409
1991	146.825.475	35.835.485	110.990.990
1996*	157.079.573	33.929.020	123.087.553
2000*	165.715.400	32.233.000	133.482.000
2010	284.157.000	29.334.000	154.825.000
2020	200.306.000	26.985.000	173.321.000

Fonte: IBGE - anuário estatístico do Brasil, 1996

Nesse sentido, a previsão histórica de que o processo de industrialização eliminaria o campesinato, é cada vez mais questionável, frente à realidade que se forma. A tese da extinção do campesinato não se impõe diante dos fatos. Na agricultura, com o processo de industrialização por meio da mecanização, o que está ameaçado é o trabalho assalariado.

Para analisar essas questões, os conhecimentos estudados em História e Geografia são imprescindíveis.

O setor de educação do MST, elabora, como apoio didático aos professores, os Cadernos de Formação. Nesses, o ensino de História e Geografia vem agrupado na disciplina de Estudos Sociais e representam um apoio pedagógico aos professores do MST, pois neles são encontrados os princípios norteadores para a conquista da cidadania pelo homem do campo, e, também, componentes fortalecedores da luta pela posse da terra.

As ciências humanas, de maneira geral, e a História, em particular, têm sofrido crescente desprestígio junto a governos e instituições, e mesmo junto à sociedade, que valoriza apenas o sucesso, a produtividade e a técnica (LEWIS, 1992). Esse fenômeno se manifesta de várias formas, seja através da diminuição do tempo consagrado às Ciências Humanas nas escolas, seja através de redução de verbas e bolsas de pesquisa a nível governamental, ou mesmo pelo cerceamento e censura do trabalho dos historiadores, historiógrafos ou professores, como ocorreu durante a ditadura militar no Brasil.

O que se verifica, a partir de 1971, é o crescente apoio do Estado à indústria editorial e à padronização do livro didático no Brasil, que se torna uma das mercadorias mais vendidas nas últimas décadas, tornando algumas Editoras verdadeiras potências econômicas.

O consumo em massa de livros didáticos de História, socializando certo saber histórico, não contribuiu para o desenvolvimento do aprender a pensar entre os alunos. Esse livro, em sintonia com os currículos da década de 1970, tornou-se o canal privilegiado para a difusão e imposição de uma história reprodutora por excelência da chamada “memória do vencedor” (FONSECA, 1991).

Nos Cadernos de Formação do MST, encontramos sugestões de conteúdos básicos por área a serem trabalhados nas escolas dos acampamentos e assentamentos, que são diferentes em relação aos conteúdos do livro didático.

Um exemplo disso, é verificado nas áreas de História e Geografia (Estudos Sociais) nas séries iniciais, tendo por objetivo, ligar a questão da luta pela terra a uma proposta de ensino.

Nesses cadernos, estão contidos os princípios do movimento, assim como, as orientações necessárias ao trabalho educativo praticadas no interior dos acampamentos e assentamentos, através de escolas não-formais, representadas, de acordo com as circunstâncias, por escolas-itinerantes ou permanentes.

Alguns professores do MST adotam como recurso didático os Cadernos de Formação e os Cadernos Pedagógicos que, para eles, representam um instrumento de conscientização a respeito do lema adotado pelo movimento “OCUPAR – RESISTIR – PRODUZIR”, já que em todos os conteúdos destes Cadernos, percebe-se os princípios filosóficos do mesmo.

Cadernos de formação do MST

Período de 1984 a 1993	
Nº	TÍTULOS PUBLICADOS
01	A política fundiária do Governo
02	Documentos sobre a questão a terra
03	A Constituinte interessa aos trabalhadores rurais
04	O PNRA e o MST
05	MST - como se organiza
06	O papel do assessor e da secretaria
07	Ações de massa
08	O papel da Igreja no movimento popular
09	Terra não se ganha, se conquista
10	A luta contínua - como se organizam os assentamentos
11	Elementos sobre a teoria da organização no campo
12	Nossa força depende da nossa dedicação
13	MST - nossas prioridades
14	Construir um sindicalismo pela base
15	A mulher nas diferentes sociedades
16	Perspectivas políticas no Brasil - 89
17	Plano Nacional do MST 89-93
18	O que queremos com as escolas dos assentamentos
19	Calendário histórico dos trabalhadores
20	A cooperação agrícola nos assentamentos
21	Alfabetização

FONTE: Secretaria Nacional do MST. São Paulo, 1993

Os Cadernos Pedagógicos (números 18 e 21) foram produzidos pelo Coletivo Estadual de Educação do Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra do Paraná, Grupo EJA, cujo lema é: “A liberdade vai além do ABC ...”.

O Coletivo Estadual de Educação do MST-PR e os Coordenadores do EJA (Educação de Jovens e Adultos) se organizaram para produzir esse material, que teve como fruto a reflexão, a análise e a prática de todo o processo desencadeado pelo movimento dos Sem Terras, bem como, de todas as pessoas e instâncias participativas do mesmo. Os cadernos são de natureza pedagógica, política e pragmática e foram elaborados com o intuito de servir para pesquisa durante a preparação das aulas – bem como, apresentam, também, algumas sugestões de atividades que irão contribuir no desenvolvimento prático das mesmas.

Os Cadernos de Formação do MST referem-se à dinâmica que se processa dentro do próprio movimento e são elaborados com o objetivo de contribuir para a prática do ensinar a ler, escrever e calcular a realidade e, também, desencadear outras questões, tanto para aprofundar como para acelerar o processo pedagógico, assim como, melhorar o desenvolvimento do trabalho educativo nas áreas de assentamento e acampamentos da Reforma Agrária em consonância aos princípios filosóficos do MST.

Nas disciplinas de História e Geografia, encontramos alguns conteúdos que são resumos dos textos de Marx, como por exemplo: Modos de Produção; Características do Comunismo primitivo; Feudalismo; Capitalismo; Socialismo e outros.

Além desses assuntos, existe uma preocupação em mostrar a importância de se trabalhar a história de vida de cada assentado, a história do assentamento e, também, o histórico da luta pela terra no Brasil. Ao citar os governos, no contexto histórico do Brasil, observa-se um enfoque aos aspectos econômicos e políticos que assinalaram os mesmos.

O mérito desse material didático se dá pelo fato de que, nas escolas dos assentamentos rurais, existe pouco acervo bibliográfico para consultas, além disso, também devemos levar em conta aqueles professores que desconhecem questões a respeito do movimento dos Sem Terra.

Constatamos, nesses Cadernos de Formação, que, principalmente, na parte que toca à disciplina de História, os conteúdos, em geral, estão ligados a posições políticas, à luta política, à transformação da realidade. A educação não é neutra. A afirmação da neutralidade da educação já é um ato político.

O trabalho do educador adquire sentido na medida em que se compromete com as classes trabalhadoras e não “para” elas, pior ainda “sobre” elas.

Hoje, a situação do povo brasileiro de baixa renda ou nenhuma renda exige um educador voltado para a realidade social e política a fim de que possa assumir o desafio histórico de transformar a sociedade. O educador é chamado a inserir-se, a tomar parte ativa na ação das massas populares e estas, a tomar parte na ação do educador para, juntos, construir o sonho possível. Daí, a necessidade de “encarar” virtudes e qualidades, no sentido de aproximar ao máximo, discurso e prática. Trata-se de buscar um nível razoável de coerência entre o que se diz e o que se faz. Para isso, exige-se

imaginação criadora, sensibilidade histórica, capacidade de prever, de antever, entre outros. Exige-se, ainda, capacidade para se compreender as diferenças e tolerar o convívio, na diversidade com o outro.

Tudo o que fazemos é um ato político, porque acaba tendo alguma coisa a ver com o jogo de forças sociais que disputam o poder no conjunto da sociedade. A educação é sempre uma prática política, à medida que se insere dentro de um projeto de transformação ou de conservação social. Vínculo orgânico entre educação e política, significa fazer a política atravessar os processos pedagógicos que acontecem nas escolas. Em algumas escolas de assentamentos essa prática está sendo desenvolvida.

No assentamento Ouro Verde, no Paraná, a professora levava os alunos a refletirem sobre a Assembléia Nacional Constituinte, que é o povo, através de seus representantes, reunido para decidir como quer viver no pedaço de chão que é o seu país. É nosso contrato social. A Constituição. A “nossa”, conforme consta de seu preâmbulo, “que poucas pessoas lêem”, afirma que, ao ser promulgada em 5 de outubro de 1988, estaria instituindo um estado de direito, assegurando “o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade”, “como valores de uma sociedade fraterna”.

Nesse assentamento, a professora desenvolve suas aulas utilizando como embasamento, os Cadernos de Formação do MST. O currículo trabalhado é o mesmo da rede estadual, acrescido das propostas específicas do MST, que refletem a realidade dos acampamentos e assentamentos e os princípios filosóficos do movimento. Os alunos da 4ª série do Ensino Fundamental, mostravam-se bastante críticos e interessados. Conheciam a História do Brasil sob um outro prisma. Em tudo que falavam, nos trabalhos que faziam, demonstravam seu amor pela terra.

Em algumas dessas escolas, os professores estavam trabalhando as disciplinas de História, Geografia e Ciências de forma interdisciplinar, isto é, quando é trabalhado o espaço do assentamento (solo, rios, área), os alunos constroem a história do assentamento, tipos de vegetação adequada ao clima, qualidade e poluição da água e do solo, poços artesianos, fatores que interferem no clima, história do Município no qual está situado o assentamento, poderes locais, partidos políticos e cooperativas. Todos os conteúdos são adaptados à realidade presenciada e vivida no local.

Os homens, ao longo da História, foram se organizando socialmente e agindo sobre a Natureza. Para se aproximar dela, é preciso conhecê-la, compreendê-la e desvendar seus mistérios. Então, o trabalho de Geografia, na sala de aula, deve conduzir os alunos a conhecer as relações que socialmente acontecem na organização do espaço. Aprender a Geografia, significa ir além da realidade que se vê. Conhecer as características da Natureza enquanto: relevo, vegetação, rios, solo, clima, sociedade e seu espaço, o processo de organização e modificação da mesma. Provavelmente, se esses conteúdos, aqui analisados, forem trabalhados por um educador que faz parte dos acampamentos e assentamentos rurais, os princípios aqui citados seriam encontrados. A participação no

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, aliada aos cursos de formação de educadores para o MST, possibilitam uma maior compreensão da situação política, econômica e social do país. Daí, a importância que atribuímos às escolas do MST e aos Cadernos de Formação, que apresentam a questão do latifúndio e da relação histórica entre dominantes e dominados de forma simples e compreensível.

O que nos incomoda, entretanto, é o fato de que nem todas as professoras dos acampamentos e assentamentos se utilizam dos conteúdos dos Cadernos de Formação em suas aulas. Esse fato foi constatado em dois assentamentos, no Paraná, cujas professoras não conheciam a filosofia do MST e também nunca tinham visto ou ouvido falar dos referidos Cadernos. Nessas salas de aula, haviam vários cartazes do movimento que falavam a respeito aos rios, a união, violência contra os Sem Terra. Mas, os alunos, ao serem interrogados sobre os mesmos, não sabiam comentar nada sobre o assunto. As professoras, que são universitárias, disseram que não tratavam desses conteúdos. O ensino de História e Geografia é trabalhado nessas escolas, utilizando-se os livros didáticos fornecidos pelo Governo, e, segundo observamos, é um trabalho superficial, já que, nem ao menos, a história do assentamento, as professoras haviam trabalhado com os alunos. Elas são contratadas pelo Município e não fazem parte do Movimento. Seria voluntário esse comportamento ou elas foram instruídas por chefias da Secretaria Municipal?

Por outro lado, o trabalho com a Educação de Jovens e Adultos nesses mesmos assentamentos mostravam características diferentes.

A proposta pedagógica para essa modalidade de ensino é elaborada a partir de “Temas Geradores”. No assentamento São Joaquim-PR; a professora trabalhou com Tema Gerador “As cercas”. É importante citar que os temas geradores são agendados coletivamente, sendo que os escolhidos são aqueles considerados importantes, no momento, para a vida dos assentados. A fonte para buscar esses temas é o diagnóstico da realidade. No tema “As cercas”, a professora desafiava os alunos a reconhecerem quais eram as cercas de sua vida e como seria possível derrubá-las. Depois, ela prosseguia, fazendo uma ligação entre as cercas internas de cada um e as cercas das propriedades rurais (nos assentamentos do MST não se usa cercar as glebas de cada família).

Os Temas Geradores são usados com as seguintes finalidades: superar uma abordagem estanque e desatualizada dos conteúdos, integrar as disciplinas em torno de um eixo comum, e, portanto, tornar o ensino mais atraente e significativo para os alunos. Depois desse trabalho, os alunos fazem uma produção de texto sobre o assunto e cálculos sobre a área do assentamento, a produção econômica do mesmo, entre outros.

As disciplinas de História e Geografia são trabalhadas interdisciplinarmente e a professora prepara-se através de cursos promovidos pela organização do MST em parceria com as Universidades e outros órgãos e também utiliza os Cadernos de Formação.

As considerações a partir dessa investigação, é que, assim como em outros setores do MST, existem aspectos contraditórios no setor pedagógico; principalmente, a respeito do trabalho em sala de aula.

Concluimos que as disciplinas de História e Geografia exercem um papel importante para suscitar reflexões e debates sobre a busca da cidadania para as famílias dos assentamentos, mas para que seja desenvolvido um bom trabalho, é necessário que a professora pertença ao assentamento esteja envolvida, de alguma forma com a militância ou frequente cursos, encontros e reuniões, promovidos pelo MST.

Outro fator importante é que, além de outros materiais impressos, como revistas, livros e jornais, a professora conheça e utilize, ao planejar as suas aulas, também, os Cadernos de Formação do MST, pois foram elaborados a partir da filosofia do “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, assim como, é conveniente que esse material chegue ao conhecimento dos alunos para que as duas partes analisem criticamente essa e outras produções e possam construir, juntos, um saber histórico, desprovido das relações de poder e de conteúdos prontos, já cristalizados, que aparecem em alguns livros didáticos.

Referências

ABRAMOVAYR. ; GOMES, I. *Habitat: a contribuição do mundo rural*. 1995, p.11-16.

FONSECA, S. G. *Evolução da conjuntura econômica: inversões e renda econômica*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1963.

LEWIS, M. *Reflexões sobre o ensino de História no Brasil: educando para a cidadania*. 1992, p.73.